

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO 787.784 RIO GRANDE DO SUL**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S)	: JOSÉ RICARDO ALMEIDA RABASSA
ADV.(A/S)	: ADÃO DUTRA PEREIRA DAS NEVES
EMBDO.(A/S)	: EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S/A - ECOSUL
ADV.(A/S)	: THIAGO SQUEFF DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS –
ACÓRDÃO PROFERIDO POR FORÇA
DE IDÊNTICO RECURSO –
ADEQUAÇÃO.**

1. Por meio da decisão de folha 209 a 2011, desprovi os primeiros embargos de declaração, ante os seguintes fundamentos:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE
VÍCIOS – DESPROVIMENTO.**

1. Ao negar provimento ao agravo, consignei:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MATÉRIA
FÁTICA – INVIABILIDADE – DESPROVIMENTO DO
AGRAVO.**

1. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a

apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos à decisão atacada, buscando-se, em última análise, o reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar a viabilidade do recurso.

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

O embargante aponta omissão no pronunciamento impugnado. Sustenta a necessidade de integração dos motivos do ato de inadmissibilidade do extraordinário.

A parte embargada, apesar de instada, não apresentou contrarrazões.

2. Na interposição destes embargos, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogados regularmente constituídos, foi protocolada no prazo legal.

Não prospera a articulação do embargante, que se limita a reiterar as razões do extraordinário. A arguição veiculada demanda análise de norma legal e parte de pressupostos fáticos estranhos à decisão atacada. Busca-se, em síntese, o reexame

dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

3. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição no ato formalizado, conheço dos embargos de declaração e os desprovejo.

4. Publiquem.

2. O embargante protocolou segundos embargos de declaração à folha 213 à 215, nos quais articula com a existência de omissão. Reitera as razões do recurso anterior, buscando demonstrar a ausência de manifestação quanto ao artigo 37, §6º, da Constituição Federal.

A parte embargada, instada a pronunciar-se, não apresentou contrarrazões (certidão de folha 219).

3. Os embargos, subscritos por profissional da advocacia regularmente credenciado, foram protocolados no prazo assinado em lei.

4. A questão trazida pelo embargante não é nova. A mesma tese foi suscitada anteriormente. A admissibilidade dos embargos, no entanto, pressupõe o surgimento de vício na prolação do acórdão alusivo aos primeiros, não representando nova oportunidade para atacar-se pronunciamento já impugnado.

5. Diante do quadro, não conheço destes declaratórios.

6. Publiquem.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator